**QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL**

1. A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 em seu artigo 1º apresenta os conceitos de educação e ensino. Nesta conformidade os conceitos de educação e ensino diferem quanto à sua amplitude e abrangência, a saber:

(A) O conceito de educação envolve todas as influências que o indivíduo recebe em sua vida, e o conceito de ensino é mais restrito atendo-se à educação escolar.Todo o ensino é educação, mas nem toda educação é ensino.

(B) Os conceitos de educação e de ensino são

coincidentes e envolvem a educação formal, desenvolvida nas escolas, e a educação não formal desenvolvida em outras instituições e circunstâncias diversas da vida em sociedade.

(C) Toda educação é ensino pois é sempre uma atividade intencional, sistemática, seqüencial e orientada por fins e objetivos previamente estabelecidos.

(D) A adoção abrangente da educação, englobando a plenitude da vida cultural, reforça o necessário isolamento da escola em relação ao mundo exterior.

(E) O conceito de educação envolve os ensinamentos que o indivíduo recebe em sua escola, e o conceito de ensino é mais amplo atendo-se à educação pela vida.

2. A unidade escolar, ao elaborar e executar seu projeto pedagógico, construindo a sua autonomia e executando a

sua atividade fim, o ensino-aprendizagem, deve buscar perseguir e alcançar os fins nacionais propostos pela:

(A) Constituição de 1946 que gerou a Lei nº 4.024/1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que vigorou a partir de 1962.

(B) Constituição de 1988, em especial o artigo 205 que declara que a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(C) Lei 5692/1971, elaborada e promulgada durante o Regime Militar, que não foi revogada pela Lei 9394/96.

(D) Lei 9394/96, que devido ao seu caráter neoliberal, estabelece que as leis gerais são aquelas de economia de mercado e não da economia política.

(E) Sociedade civil, pois no Brasil não há um Estado de direito, e sim um Estado de fato que é incapaz de se transformar num agenciador dos interesses coletivos.

3. Na Constituição do Brasil, em vigor, a educação é um direito social fundante da cidadania, e a educação no ensino fundamental, gratuita e obrigatória, tornou-se direito público subjetivo. Direito público subjetivo é aquele pelo qual a(o)

(A) pessoa tem direito de solicitar vaga em escola pública, desde que haja vaga, pois o prédio físico é limitado. O sujeito deste dever é o Estado, que pode apresentar um plano de obras para atender as pessoas em determinado prazo;

(B) titular de um direito pode exigir direta e

imediatamente do Estado o cumprimento de um dever e de uma obrigação. O sujeito deste direito é o Estado, sob cuja alçada deve estar situada essa etapa de escolaridade.

(C) pessoa tem dever de solicitar a vaga quando essa é negada, mesmo tendo que aguardar a sua vez no chamado “livro de demanda”. Mas o estado tem também o dever de garantir a vaga.

(D) Estado tem a obrigação de atender as crianças a partir de 6 anos até os 14 anos, mas as famílias podem optar pela não matrícula.

(E) pessoa é apenas um sujeito jurídico, na medida em que exclui o indivíduo singular (singelus) e a sua inserção no social (socius) e participante ativo da

4. O Parecer CNE/CEB nº 04/98 traça as diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, e estabelece a Base Nacional Comum e sua Parte Diversificada deverão integrar-se em torno de um paradigma curricular que visa estabelecer a relação entre a Vida Cidadã e as Áreas de Conhecimento, introduz a reflexão sobre a “educação em valores” e o “modo como isso deve se dar”. Ao tratar os vários aspectos da vida cidadã como tema transversal, as Diretrizes e, posteriormente, os Parâmetros Curriculares entendem que tal inserção deve ocorrer por meio

(A) de disciplinas especificas.

(B) de palestras e outros eventos informativos, de leituras de livros ou por meio de novas tecnologias como vídeos e Internet.

(C) da convivência com pessoas que agem de maneira coerente com determinados valores e que o exemplo é a melhor forma de se educar.

(D) da interação entre o sujeito ativo imbuído de razão e de emoções e o mundo constituído de pessoas, objetos e relações, desenvolvendo sua capacidade dialógica.

(E) de uma revisão e ampliação dos conteúdos tradicionais, por exemplo, cabe às Ciências tratar dos temas: saúde, sexualidade, meio ambiente.

5. Toda a legislação pós 1988 e 1996 aponta o grande projeto democrático de construir uma escola aberta, inclusiva, com qualidade e com aprendizagens significativas. No entanto, a realidade aponta formas insidiosas de exclusão social, em especial

(A) o analfabetismo, o semi-analfabetismo, a evasão e o fracasso escolar, a elevada porcentagem de crianças analfabetas com escolarização (analfabetas funcionais).

(B) a gestão democrática das escolas públicas.

(C) a integração da escola com a comunidade escolar e educativa.

(D) o baixo nível da escola pública, associado a um forte processo seletivo.

(E) a teoria expressa nos parâmetros curriculares e amplamente vivenciada nas salas de aula.

6. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)–Lei nº 8.069/90, uma lei decorrente do Art. 227 da Constituição Federal, parte da concepção da criança como sujeito de direitos e de deveres. O ECA prevê, no Art.112, várias medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente uma vez verificada a prática de ato infracional, que não se confunde com a indisciplina escolar. Em qualquer circunstância, quer seja em relação ao ato infracional como ao ato indisciplinar. A escola deve ter presente, o seu caráter

(A) autoritário e punitivo e não apenas educativo e pedagógico.

(B) educativo e pedagógico e não o autoritário e punitivo.

(C) de instituição que encaminha ao Conselho Tutelar e ao Juízo da Infância da Juventude, e sem função pedagógica.

(D) decisório e soberano, tendo competência para suspender direitos, estabelecendo a expulsão da criança.

(E) pedagógico punitivo, podendo estabelecer os limites através de medidas sócio-educativas sem a freqüência em sala de aula.

7. A legislação educacional estabelece como uma das competências e obrigações do professor “zelar pela aprendizagem dos alunos”. Uma das necessárias atitudes de “zelo pela aprendizagem” é a realização, pelo

professor, da sondagem sobre o que o aluno já sabe e o que o aluno não sabe, e precisa aprender. Precisa fazer um diagnóstico sobre o que os alunos sabem para decidir o quê e como ensiná-los, o que deve ser feito, verificando

(A) a matéria ensinada pelo professor do ano anterior.

(B) os ensinamentos informais, como os da pré-escola, para os alunos do 1º ano.

(C) os acertos e erros em uma prova de textos sobre certo conteúdo, elaborada para verificar a habilidade de leitura, interpretação e compreensão de textos.

(D) o percurso de aprendizagem de cada um dos alunos, por meio de entrevistas individuais, provas abertas e problematizadoras de conteúdos programáticos.

(E) o projeto educacional da escola e os planos de

ensino aos professores dos anos anteriores.

**FUNCAB-** Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt

8. Consoante disposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assinale a alternativa correta.

A) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos três anos de idade, no ensino fundamental.

B) As entidades privadas não estão sujeitas à autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

C) Compete aos Estados e aos Municípios, em

regime de colaboração, e com a assistência da União, zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

D) O ensino fundamental obrigatório tem por objetivo a formação básica do cidadão e possui duração de 5 (cinco) anos.

E) Serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino fundamental.

ART. 5º, § 1º

9. A Lei n° 11.645/2008, altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Dessa forma, torna:

A) obrigatório o estudo da história e cultura

afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Ensino Médio, público e privado; e opcional no Ensino Fundamental.

B) opcional o estudo da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio; e obrigatório o estudo da história e da cultura indígena nos Ensinos Fundamental e Médio.

C) obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados.

D) opcional o estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, público e privado; e obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino público e privado.

E) obrigatório o estudo da história e cultura

afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos públicos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio; e opcional nos estabelecimentos privados.

ART. 26 A

10. A comunidade escolar de uma escola pública, formada por professores, pais ou responsáveis, alunos, direção, coordenadores, amigos da escola etc., preocupada com a construção do Projeto Político-Pedagógico, resolveu se reunir para iniciar as discussões em torno de propostas levantadas. A coordenadora explicou a todos que a Construção do PPP era direito e dever de toda comunidade escolar, garantido na LDB nº 9.394/96, e que esse processo estaria efetivando e assegurando:

A) a participação da União nas decisões de âmbito escolar.

B) a gestão democrática do ensino público na

Educação Básica.

C) a promoção da escola frente aos meios de

comunicação.

D) um maior repasse de verbas do poder público.

E) a garantia da aprovação automática na Educação Básica.

INCISO VIII , ART, 3º

11. Como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, Art. 31, refere-se à avaliação na educação infantil?

A) Mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

B) Mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, com o objetivo de promoção, para o acesso ao ensino fundamental.

C) A avaliação far-se-á de acordo com o regimento escolar das instituições educacionais.

D) Na educação infantil, a avaliação far-se-á

mediante acompanhamento e registro do seu

desenvolvimento, podendo reprovar a criança

sem o consentimento da família.

E) Na educação infantil, a avaliação far-se-á

mediante acompanhamento e registro do seu

desenvolvimento, podendo reprovar a criança

com o consentimento da família.

12. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n° 8.069/90 – é correto afirmar:

A) os filhos, havidos da relação do casamento, ou por adoção, terão direitos e qualificações diversos daqueles considerados adulterinos.

B) a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

C) o direito de opinião e expressão é exclusivo dos que hajam completado 18 anos.

D) toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e,

excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

E) é proibida a venda à criança ou ao adolescente de qualquer espécie de fogos de estampido e de artifício.

ART. 19 ECA

13. No tocante à autorização para viajar, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que:

A) nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside sem estar acompanhada por ambos os pais ou acompanhada apenas por um, portar autorização expressa do outro, com firma reconhecida.

B) a autorização dos pais para viagens nacionais será exigida mesmo se a criança estiver acompanhada do avô.

C) a autorização para viagens no território nacional somente é exigida para crianças, sendo dispensada para os adolescentes.

D) quando se tratar de viagem ao exterior, a

autorização judicial é sempre indispensável.

E) a autorização para viagens, tanto nacionais quanto para o exterior, somente é exigida em se tratando de crianças, jamais de adolescentes.

ART. 83 E 84

14. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

A) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável.

B) É proibido qualquer trabalho a menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

C) Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congênere ou por casas de jogos, assim entendidas as em que se realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças no local, afixando aviso para orientação do público, permitida apenas a entrada de adolescentes e adultos.

D) Uma vez inserido em programa de acolhimento familiar, o adolescente terá sua situação avaliada anualmente, cabendo à autoridade judicial competente decidir pela sua reintegração familiar.

E) A bolsa de aprendizagem será concedida aos que comprovadamente tiverem idade superior a 14 anos.

ART. 82

15. Quanto ao estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, é correto afirmar que:

A) limita-se às áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

B) é obrigatório apenas nos estabelecimentos educacionais privados.

C) é obrigatório apenas para o ensino médio e facultativo no âmbito do ensino fundamental.

D) os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar.

E) seu conteúdo programático é de livre estabelecimento.

**RESOULUÇÃO 05/2009/CEB/CNE**

16. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – Resolução n° 5 de 17/12/09, na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever:

A) formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

B) a possibilidade da criança não ingressar no Ensino Fundamental devido à dificuldade de aprendizagem.

C) estratégias de ensino que apresentem às crianças os conteúdos que preparam para o Ensino Fundamental.

D) formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias e antecipando os conteúdos que serão trabalhados

no Ensino Fundamental.

E) a possibilidade da criança não ingressar para o Ensino Fundamental caso a família entre em consenso com a decisão da escola.

ART. 11

17. O paradigma atual da Educação Infantil não aceita a dicotomia do cuidar e educar as crianças, pois:

A) estes dois aspectos devem andar juntos em qualquer projeto. A Educação Infantil, nos dias de hoje, é vista como um direito de todas as crianças brasileiras.

B) educar é função da escola, enquanto o cuidar é função da família.

C) estes dois aspectos devem andar juntos, exceto quando a criança já possui autonomia para cuidar-se sozinha.

D) de acordo com as Diretrizes Curriculares

Nacionais para Educação Infantil o cuidado fica destinado apenas às crianças matriculadas na creche.

E) para as crianças que frequentam a escola em período parcial o cuidado é um aspecto irrelevante.

ART. 5º E INCISO I DO § 1º DO ART 8º

18. Antigamente, a escola de Educação Infantil tinha uma conotação assistencial, onde as crianças passavam ali o dia todo para que seus pais pudessem trabalhar. As monitoras passavam os dias olhando as crianças brincarem e era o professor quem ficava com o desenvolvimento intelectual planejado. Nesse período, os papéis, dentro da instituição infantil eram bem claros: um cuidava e o outro educava. Atualmente, como podemos definir a relação entre educar X cuidar nas instituições de Educação Infantil?

A) Cuidar remete à ideia de assistencialismo e, educar à de ensino/aprendizagem. Diante desta perspectiva, a função do cuidado fica direcionada ao auxiliar ou monitor.

B) Estes dois aspectos devem andar juntos, em qualquer projeto. A Educação Infantil, nos dias de hoje, é vista como um direito de todas as crianças brasileiras.

C) As Diretrizes Curriculares Nacionais para

Educação Infantil afirmam que o cuidado fica destinado apenas às crianças matriculadas na creche.

D) A ação do cuidado, feita pelo professor, por vezes não é bem aceita. A família se sente invadida na sua intimidade. Educar é função da escola, enquanto o cuidar é função da família.

E) Estes dois aspectos devem andar juntos, exceto quando a criança já possui autonomia para cuidar-se sozinha.

19. As Diretrizes Curriculares para Educação Infantil no Art 9°, afirmam que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

A) não priorize a utilização de gravadores,

projetores, computadores, máquinas fotográficas e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

B) propiciem a interação e o conhecimento, pelas crianças, das manifestações e tradições culturais estrangeiras.

C) promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o desperdício dos recursos naturais.

D) promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura.

E) possibilitem, às crianças, experiências de

narrativas, de apreciação e interação com a

linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos na idade de 4 e 5 anos.

INCISO IX DO ART. 9º

20. “As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I. a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.

II. a utilização de um único tipo de registro realizado por adultos e determinado pela creche ou pré-escola.

III. continuidade dos processos de aprendizagem, por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança.

IV. documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil.

V. a retenção das crianças na Educação Infantil, caso essa necessidade seja detectada pelos professores e pela escola.

São corretas:

A) apenas I e II.

B) I, III e IV.

C) II, IV e V.

D) III, IV e V.

E) I, II, III, IV e V.

ART.10

21. “A formulação de um currículo requer que o professor amplie sua noção acerca do que constitui um meio de desenvolvimento, ligando-o às práticas cotidianas.(...) Para promover nova organização de atividades e a

redefinição delas, é preciso superar a dicotomia de ter de escolher entre áreas do conhecimento (como linguagem, matemática, artes, etc.) e áreas de desenvolvimento (motor, linguístico, social, afetivo, cognitivo).Emvez disso, é mister pensar nas práticas sociais que são oferecidas às crianças, desde bem pequenas”.

Nessa perspectiva, coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, o currículo, na Educação Infantil:

A) é determinado por um conjunto de regras e normas que privilegiam os saberes universais e os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural universal, de modo a promover e divulgar

o saber para crianças de 0 a 6 anos de idade.

B) encontra-se articulado para o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como fim básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e demais áreas do conhecimento, de modo a integralizar o saber infantil em crianças de 0 a 5 anos idade.

C) é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

D) deve fornecer às crianças meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, de modo a desenvolver o educando de 0 a 6 anos de idade e assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania.

E) está apoiado em teorias universais do desenvolvimento infantil que concebem a criança como um ser isento de conhecimento, que necessita ser tutelado e a quem deve ser

transmitido o saber universal, independente da idade, visando a sua formação integral.

ART. 3º

22. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – Resolução n° 5 de 17/12/09, Art. 3°, o currículo da Educação Infantil é concebido como:

A) um conjunto de práticas que buscam a dicotomia entre as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

B) uma documentação sistematizada que busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 8 anos de idade.

C) um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

D) uma documentação municipal que tem como principal objetivo auxiliar os professores em sua p r á t i c a p e d a g ó g i c a , p r omo v e n d o o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. E um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte da estrutura curricular do Ensino Fundamental, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

23. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, que se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. As Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam que é:

A) dever da família garantir que as crianças

frequentem a escola, pois se trata de uma oferta pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

B) obrigatória a matrícula de crianças que completem 2 ou 3 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

C) dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública / particular, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

D) obrigatória a matrícula de crianças que

completem 1 ano até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

E) dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

ART. § 1º DO ART. 5º

24. A Resolução CNE/CEB 5/2009, que Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, tem em seu Art. 5º a seguinte redação: “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças...”. Dessa forma, a Resolução:

A) isenta o Estado da tarefa de garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

B) torna obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do anoemque ocorrer a matrícula.

C) condiciona a matrícula da criança no Ensino Fundamental à sua frequência na Educação Infantil.

D) obriga a jornada mínima de sete horas para creches e pré-escolas, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

E) desobriga o Estado de disponibilizar vagas em creches e pré-escolas próximas às residências das crianças.

§ 2º DO ART. 5º

25. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução n°5, de 17/12/2009) afirmam que:

I. as vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

II. a frequência na Educação Infantil é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

III. é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

IV. as crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na

Educação Infantil.

Assinale a alternativa que contém as afirmativas corretas.

A) Somente I, II, III.

B) Somente II, III, IV.

C) Somente I, II, IV.

D) Somente I, III, IV.

E) I, II, III, IV.

ART. 5º

26. Na observância das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

A) oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais.

B) assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação das crianças, delegando o cuidado às famílias.

C) possibilitando a convivência entre as crianças da Educação Infantil e as crianças do Ensino Fundamental.

D) promovendo festas e eventos entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.

E) construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia e a sustentabilidade, implantando uma educação religiosa católica.

INCISO I DO ART. 7º

27. Como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – Resolução n° 5 de 17/12/2009, se referem à avaliação?

A) As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.

B) As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, com objetivo de seleção, promoção ou classificação.

C) A avaliação far-se-á de acordo com o regimento escolar das instituições educacionais.

D) Na educação infantil, a avaliação far-se-á

mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, podendo reprová-la com o consentimento da família.

E) Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á

mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, podendo reprová-la sem o consentimento da família.

ART. 10

**RESOLUÇÃO Nº 04/2010/CEB/CNE**

28. A Resolução CNE/CEB n° 4, de 13 de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. No que tange à duração do

Ensino Fundamental e à idade dos alunos, determina:

A) nove anos de duração, de matrícula obrigatória para as crianças a partir dos seis anos de idade, com duas fases sequentes: anos iniciais, com duração de cinco anos, em regra para estudantes de seis a dez anos de idade; e anos finais, com quatro anos de duração, para os de onze a quatorze anos.

B) oito anos de duração, com matrícula obrigatória para as crianças de sete a dez anos de idade nos anos iniciais, com duração de quatro anos; e matrícula opcional para estudantes de onze a quatorze anos nos anos finais, com duração de quatro anos.

C) nove anos de duração, com uma fase única e integralizada, com matrícula obrigatória para crianças a partir dos sete anos de idade, devendo ser finalizado, em regra, aos quinze anos de idade.

D) doze anos de duração, de matrícula obrigatória para crianças a partir dos seis anos de idade, com duração de quatro anos na fase dos anos iniciais, em regra para estudantes de seis a nove anos; cinco anos para os anos finais, em regra para estudantes de dez a quatorze anos; e três anos para o ensino médio, para estudantes a partir dos quinze anos.

E) dez anos de duração, com matrícula obrigatória para crianças a partir dos cinco anos de idade, composto de duas fases subsequentes: anos iniciais, com duração de seis anos, em regra, para estudantes de cinco a dez anos de idade; e anos finais, com quatro anos de duração, para os de onze a quatorze anos.

29. O Art. 37 da LDB nº 9.394/96, no Capítulo II destinado à Educação Básica, na Seção V, que trata da educação de jovens e adultos, determina: “A educação de Jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” Este artigo, de acordo com a Lei nº 11.741 de 2008, ganhou um terceiro parágrafo, que diz:

A) “A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.”

B) “É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.”

C) “Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.”

D) “A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.”

E) “A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.”

30. De acordo com a LDB nº 9.394/96, no Capítulo II, destinado à Educação Básica, na Seção III, que trata do Ensino Fundamental, houve alteração na redação do Artigo 32, dada pela Lei nº 11.274/06, que modifica a duração do ensino fundamental e a idade de inclusão do aluno. O texto do Artigo 32 ficou da seguinte forma:

A) “O ensino fundamental, com duração mínima de 8 (oito) anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”

B) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”

C) “O ensino fundamental, com duração mínima de 8 (oito) anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão,mediante...”

D) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 8 (oito) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 7 (sete) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”

E) “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito e obrigatório na escola pública, iniciando-se aos 7 (sete) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante...”

31. Na LDB nº 9.394/96, Capítulo V, que trata da Educação Especial, o Art. 58 determina: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei a modalidade de educação escolar oferecida:

A) preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

B) obrigatoriamente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades.”

C) obrigatoriamente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidade especiais.”

D) preferencialmente na rede pública de ensino, para educandos portadores de necessidades.”

E) obrigatoriamente na rede de ensino, para educandos portadores de todo tipo de necessidades.”